



ATA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO DE ESTUDO PRELIMINAR PARA REFORMA DA SEDE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

Aos quatro dias do mês de julho de 2022, às 09h30, no auditório do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, localizado em Brasília/DF, sob controle exclusivo da Coordenação do Concurso, reuniram-se, para a abertura dos trabalhos de julgamento das propostas concorrentes do **Concurso de Estudo Preliminar para Reforma da Sede do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal**, os Coordenadores do Concurso, arquitetos e urbanistas Luiz Otavio Alves Rodrigues e José Henrique Pereira de Freitas, e os membros da Comissão Julgadora, doravante denominada CJ, as arquitetas e urbanistas Alice Menezes e Elen Maurmann e o arquiteto e urbanista André Velloso.

Como preâmbulo, os Coordenadores do Concurso resumiram os termos do Edital, do Termo de Referência, das consultas e respectivas respostas aos concorrentes e dos demais documentos integrantes das Bases do Concurso, colocados, junto aos trabalhos entregues, à disposição da CJ em meio digital, e respondeu às dúvidas e observações dos membros da Comissão. Ato contínuo, a CJ definiu como Presidente do júri a arquiteta Alice Menezes e como Relator o arquiteto André Velloso. A Comissão discutiu, a seguir, sobre o método de avaliação das propostas, dentro dos critérios estabelecidos nas Bases do Concurso. Definiu-se que ao final de cada fase de julgamento seriam fixados os procedimentos da fase seguinte. Também ficou estabelecido pela CJ que, em qualquer fase, qualquer jurado poderia rever seu voto e solicitar a reavaliação de qualquer proposta não selecionada em fase(s) anterior(es).

Foram disponibilizados à CJ computadores para análise de cada membro do júri, além de uma tela de projeção, conectada ao computador da Coordenação, para avaliação conjunta dos trabalhos. A Coordenação do concurso informou à CJ que foram entregues 16 (dezesesseis) trabalhos, numerados de 05 (cinco) a 20 (vinte). Foi relatado pela Coordenação que o trabalho de número 11 (onze) não continha todos os itens exigidos pelo Edital. O trabalho foi exposto e submetido à CJ, que concordou, por unanimidade, por sua desclassificação. Em seguida, os arquivos das 16 (dezesesseis) propostas recebidas foram disponibilizados à Comissão Julgadora em meio digital nos computadores montados para o julgamento, para análise dos 15 (quinze) trabalhos aptos para o julgamento. Nesta primeira sessão de julgamento, a CJ optou pela análise individual dos trabalhos homologados numerados de 05 (cinco) à 20 (vinte), excetuando-se o trabalho de número 11 (onze), que foi desclassificado. Cada jurado fez uma primeira seleção dos trabalhos julgados mais aptos e meritórios a continuarem para uma análise mais aprofundada no decorrer do julgamento. A primeira sessão foi encerrada às 13h, com a definição de os jurados realizarem a visita técnica ao CRPO1/DF após o almoço, o que aconteceu das 14h às 15h.

A segunda sessão de julgamento iniciou-se às 15h15, após intervalo de almoço e visita técnica, quando a CJ definiu os trabalhos que seguiriam para uma segunda etapa de análise. O júri decidiu que o trabalho que tivesse pelo menos um voto seguiria para análise subsequente. Foram votados os seguintes trabalhos: **05, 06, 14, 15, 16, 19 e 20**. O júri passou



então a discutir em conjunto os motivos pelos quais votaram nos trabalhos supracitados, avaliando os pontos fortes, bem como eventuais lacunas de cada proposta.

Nesta segunda etapa de julgamento, a CJ decidiu analisar mais profundamente, de forma individual, cada projeto selecionado, para, posteriormente, voltarem a discutir em grupo quais destes trabalhos seriam eventualmente selecionados para as premiações e para menções honrosas, se fosse o caso. Ao fim da sessão, após um tempo de discussão conjunta sobre os trabalhos selecionados, a Coordenação perguntou se a CJ gostaria de resgatar algum trabalho anterior, e a CJ informou que tomaria essa decisão no dia seguinte pela manhã, em nova sessão de julgamento, caso julgasse oportuno fazer a repescagem. A sessão de trabalho foi finalizada às 19h, definindo-se o retorno no dia seguinte às 09h do dia 05 de julho para continuidade dos trabalhos.

Aos cinco dias do mês de julho de 2022, às 09h30, iniciou-se o segundo dia de julgamento. Os jurados seguiram com a segunda etapa de avaliação, conversaram sobre os trabalhos que se destacaram dentre os selecionados do dia anterior e que poderiam seguir para uma etapa final de julgamento, visando à definição das premiações, destacando-se os pontos positivos e negativos de cada proposta. A CJ optou pela não repescagem dos trabalhos não selecionados na etapa anterior, pois estava segura da qualidade superior dos trabalhos analisados na segunda etapa de julgamento. Foram então definidos como finalistas, para seguirem para a etapa final de julgamento, os trabalhos de número **05, 06, 16 e 20**.

Durante a terceira etapa de julgamento, ainda na sessão matutina do segundo dia de julgamento, a CJ decidiu, por unanimidade, conferir menção honrosa à proposta identificada com o número **06** pela contribuição da proposta ao debate arquitetônico, particularmente no que diz respeito às soluções de projeto adotadas.

Menção Honrosa para o trabalho de número 06

Pela grande sensibilidade na interpretação e no respeito às premissas do Termo de Referência, baseando-se nos conceitos estabelecidos pelo CRP para a identidade visual e a expressão dos valores do Conselho. Atende à expansão e à flexibilidade, além de boa conexão e permeabilidade visual em todo o espaço. É uma proposta focada na estimulação sensorial, fluidez e criatividade na distribuição espacial. Merece o destaque pela força conceitual. Contudo, demonstra falta de clareza quanto às soluções técnicas empregadas, trazendo insegurança sobre a factibilidade orçamentária descrita no Edital.

Ficaram, portanto, definidos nesta sessão de julgamento, como finalistas para premiação, os trabalhos de número **05, 16 e 20**.

Os três finalistas demonstraram leituras distintas sobre qual seria o resultado espacial, em resposta às demandas do Conselho. Contudo, todos foram bem-sucedidos em suas abordagens, caracterizando os espaços com soluções harmônicas dentro de uma unidade arquitetônica.

Os trabalhos apresentam amadurecimento na escolha de soluções técnicas que se



adequam ao orçamento previsto do Conselho, com facilidade na manutenção dos espaços construídos. Além disso, as equipes representam com clareza suas soluções projetuais, permitindo a compreensão das intenções, com boas soluções de zoneamentos e fluxos.

Ainda nesta sessão de julgamento, a CJ decidiu proclamar, por unanimidade, como terceiro lugar, o trabalho de número **05**.

Terceiro lugar para o trabalho de número 05

O trabalho é uma proposta madura, que cuida bem da questão de acessibilidade e do tratamento de níveis, aprofunda-se na aplicação da comunicação visual e faz uso de materiais e sistemas construtivos condizentes com o orçamento e de fácil execução e manutenção.

A proposta também faz boa locação da maioria das áreas de permanência prolongada, localizando-as próximas às fachadas, permitindo boa ventilação e iluminação natural. Destacam-se também: a localização da copa para funcionários, que está ao mesmo tempo acessível e resguardada para uso cotidiano, e a boa integração e tratamento dos terraços com os espaços de convivência e trabalho do Conselho.

A CJ entendeu que algumas questões não atenderam idealmente as necessidades do Conselho, previstas nas Bases do Concurso. A proposta se mostra conservadora em aspectos conceituais e formais, não se atentando aos conceitos levantados pelo Conselho no Termo de Referência, materializando um espaço compartimentado e pouco integrado.

A sessão foi encerrada às 13h para o intervalo de almoço.

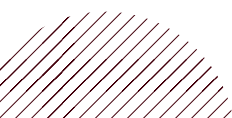
Às 14h30 do dia cinco de julho de 2022, a CJ voltou a se reunir, em nova e última sessão de julgamento, para definir as posições dos trabalhos finalistas remanescentes, entre primeiro e segundo lugares. Foi efetuada uma ligação telefônica pela Coordenação do Concurso, no modo viva-voz, para o representante do CRP na Coordenação do certame, Conselheiro Demétrius, que esclareceu algumas dúvidas que ainda restavam da CJ a respeito dos espaços e demandas do CRP, para a definição de qual, entre os dois finalistas, seria o trabalho que ficaria em primeiro lugar.

Após uma rodada final de discussão e análise conjunta, a CJ proclamou como segundo lugar o trabalho de número **20** e em primeiro lugar o trabalho de número **16**.

A seguir, destacam-se os seguintes aspectos de cada trabalho finalista:

Segundo lugar para o trabalho de número 20

O trabalho destaca-se pela valorização de espaços de conexão, encontro e diálogo, com boa integração espacial e permeabilidade visual, demonstrando fluidez e transparência aos espaços. Atende a flexibilidade de expansão de postos de trabalhos. Define boa locação e concentração da zona de áreas molhadas, incluindo um acesso resguardado aos banheiros e uma boa integração da copa com o ambiente de estar. Propõe a demarcação dos espaços





abertos por meio do desenho do piso. Em âmbito geral, a proposta atende visualmente os conceitos levantados pelo CRP no Termo de Referência. Destaca-se ainda o bom projeto de iluminação.

O trabalho, no entanto, não atende plenamente às questões de controle de acesso e privacidade previstas no Termo de Referência. A área de atendimento e a área de trabalho integrado encontram-se contíguas, sem barreiras que garantam isolamento acústico e visual dos diferentes espaços e seus usos. A área do terraço é pouco explorada nos quesitos de leiaute, de acessibilidade e de integração ao espaço interno do CRP. A proposta também não apresenta o estúdio anexo à recepção para realização de fotografias, previsto no programa de necessidades.

Primeiro lugar para o trabalho de número 16

O trabalho é uma proposta sintética, com elementos construídos, chamados de “volumes organizadores” bem localizados e posicionados, dividindo de forma racional os fluxos e o programa de necessidades. A representação do projeto é clara e objetiva. Observa-se, pela apresentação do trabalho, que houve um estudo cuidadoso em relação às demandas programáticas.

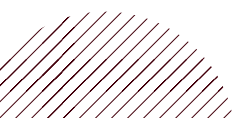
A proposta conseguiu fazer um zoneamento claro e bem definido, respeitando os diferentes níveis de acesso de controle e privacidade, tendo sucesso ao favorecer ventilação e iluminação natural para todos os espaços de permanência prolongada.

Destacam-se ainda: a integração, o uso e a apresentação de leiaute modular e flexível do terraço, com proposta de cobertura retrátil; a recepção como ambiente aberto e acolhedor, com mobiliário condizente com a estética da proposta arquitetônica; cabines de atendimento privado resguardadas e com acesso controlado; a inclusão de um volume de depósito para mobiliários na sala multiuso/plenária;

Registra-se, por último, a solução integrada e harmônica entre os projetos de climatização, de iluminação, da disposição do leiaute e dos demais elementos de projeto e proposta de mobiliário.

Recomendações para o desenvolvimento do projeto junto ao CRP:

- Reposicionar as salas de coordenações e presidência para que coincidam com a modulação estrutural da fachada;
- Aprofundamento do Estudo Preliminar da Comunicação Visual;
- Compatibilizar a solução do piso elevado e a acessibilidade em relação aos ambientes internos e externos;





Considerações Finais

A Comissão Julgadora louva a iniciativa do CRP-01/DF ao ter a iniciativa de fazer um concurso de projeto de interiores e enfatiza essa modalidade de licitação como a melhor forma de contratação de serviços de arquitetura e urbanismo. A CJ agradece ao CAU/DF pela cessão da infraestrutura do local de julgamento. Elogia o IAB/DF pela organização e coordenação do certame e destaca o bom nível dos trabalhos apresentados pelos participantes, reforçando a importância da participação dos arquitetos e arquitetas em concursos de projeto.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Comissão Julgadora, arquiteta e urbanista Alice Menezes dá por encerrados os trabalhos de julgamento do Concurso de Estudo Preliminar para Reforma da Sede do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, às 19h. Assim, a Coordenação do Concurso, ao agradecer a postura ética, diligente e competente dos membros da Comissão Julgadora, lavra a presente ata, que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão Julgadora e pelos coordenadores do certame.

Brasília, 5 de julho de 2022.

(assinado no original)

Alice Menezes

membro da Comissão Julgadora

(assinado no original)

André Velloso

membro da Comissão Julgadora

(assinado no original)

Luiz Otavio Alves Rodrigues

coordenador do Concurso

(assinado no original)

Elen Maurmann

membro da Comissão Julgadora

(assinado no original)

José Henrique Pereira de Freitas

coordenador Adjunto do Concurso